

SEGURSINTRA – MEDIADORES DE
SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2 0 1 3

- . Relatório de Gestão
- . Acta de aprovação de Contas
- . Balanço (ME)
- . Demonstração dos Resultados por Naturezas (ME)
- . Anexo às Demonstrações Financeiras (ME)

SEGURSINTRA - MEDIADORES DE
SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2 0 1 3

. Relatório de Gestão

1 - Introdução

A Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda., com sede social em Rua do Carrascal, nº 2 R/C B, com um capital social de 50.000,00 €, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2013

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, registou-se um crescimento económico moderado em 2013, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela incerteza do regresso aos mercados dos países intervencionados e pela desaceleração das economias americana e da generalidade das economias emergentes.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2013 um crescimento positivo de cerca de 3%, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,3%, contra os 4,7% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um abrandamento da atividade económica na ordem dos 0,9% (a economia americana fechou o ano de 2013 com um crescimento de 1,9%) e, na zona euro, este foi um ano de recessão ténue da economia rondando os 0,4%.

As previsões indicam que, para 2014, os EUA irão retomar o ritmo de crescimento de 2012 (2,8%) e a nível europeu, as expectativas para 2014 são de retoma económica, ainda que com um crescimento moderado, de cerca de 1%. Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e da dúvida sobre a resolução da crise, apesar dos progressos efetuados.

A economia chinesa tem sofrido um desaceleramento constante nos últimos anos, cifrando-se o PIB chinês de 2013 em níveis de crescimento iguais aos de 2012, ou seja, 7,7%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, estão também a abrandar o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos.

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego, pelo menos no que diz respeito aos países ocidentais. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da União Europeia situou-se nos 10,8% em Dezembro de 2013, embora ligeiramente superior na zona euro (12,0%), sendo que nos EUA este valor caiu para 6,7% (face aos 7,9% de 2012).

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma relativamente estável. Contudo ao

JG

contrário de 2012, em 2013 o euro valorizou-se face ao dólar em cerca de 4,5%, sendo expeável que 2014 se mantenha esta tendência, ainda que com menor intensidade, conforme dados do Banco de Portugal.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 103,8% (101,6% em 2012), 92,7% na UE (90% em 2012) e 86,8% na zona euro (84,9% em 2012).

A fraca recuperação da economia mundial não permitiu uma melhora nos mercados de trabalho, com o desemprego global em 2013 a chegar quase 202 milhões, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho. Nos EUA a taxa de desemprego cifrou-se nos 6,7%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2012. Já na Zona Euro em 2013, as taxas de desemprego mantiveram-se ao mesmo nível das de 2012, tendo-se fixando em 12% (Dezembro de 2013). As menores taxas de desemprego são observadas na Áustria, 4,9%, e na Alemanha, 5,0%, sendo as maiores na Grécia, 28%, e em Espanha, 25,8%. É importante realçar que uma das principais descidas deste indicador verificou-se em Portugal, país no qual a taxa de desemprego desceu de 17,4% no final de 2012 para 15,3% em Dezembro de 2013.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego, no crescimento positivo do PIB durante 3 trimestres consecutivos, e na descida das taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente.

Contudo, continua a verificar-se a tendência de contração da procura interna, tanto pública como privada, ainda que com tendência menos acentuada do que em 2012. Apesar do crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

O quadro da crise da dívida soberana, na área do euro, e tendo em consideração os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, forçou o governo português a recorrer em 2011 ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que tem levado à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas têm tido um efeito negativo na economia real, no emprego, bem como na qualidade de vida das populações, reduzindo significativamente o rendimento disponível, originando na cena pública alguns momentos de agitação social.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2013 uma contração de 1,4% no PIB, representando uma melhoria face a 2012, ano em que se observou um decréscimo de 3%. Contudo, apesar do decréscimo verificado, no 4.º trimestre de 2013, o PIB registou, em volume, um aumento de 1,7% em termos homólogos, após uma redução de 0,9% no trimestre anterior, refletindo principalmente a recuperação da procura interna, que apresentou um contributo positivo para a variação homóloga do PIB de 0,1% (contributo negativo de 1,5% no 3.º trimestre). Segundo dados do INE, o contributo da procura externa líquida aumentou para 1,5% (0,6% no 3.º trimestre), devido sobretudo à aceleração das Exportações de Bens e Serviços em volume. Comparativamente com o trimestre anterior, o PIB aumentou 0,6% em termos reais (0,3% no 3.º trimestre).

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, em Dezembro de 2013, os 15,3%, representando uma descida de 1,6% face ao período homólogo de 2012, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE, bem como da zona euro. Um dos aspetos mais preocupantes no

29

que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados. No início de Janeiro de 2014 a taxa de desemprego jovem da Europa a 28 era de 23,4% e da zona euro 24,0%.

As Importações de Bens e Serviços aumentaram 2,8%, em volume, no ano de 2013, o que compara com uma redução de 6,6% no ano anterior. Esta evolução refletiu principalmente o crescimento das importações de bens em 3,2%, após a redução de 6,4% observada em 2012. As importações de serviços também recuperaram, passando de uma variação negativa em 2012 (-7,7%) para um aumento de 0,4%.

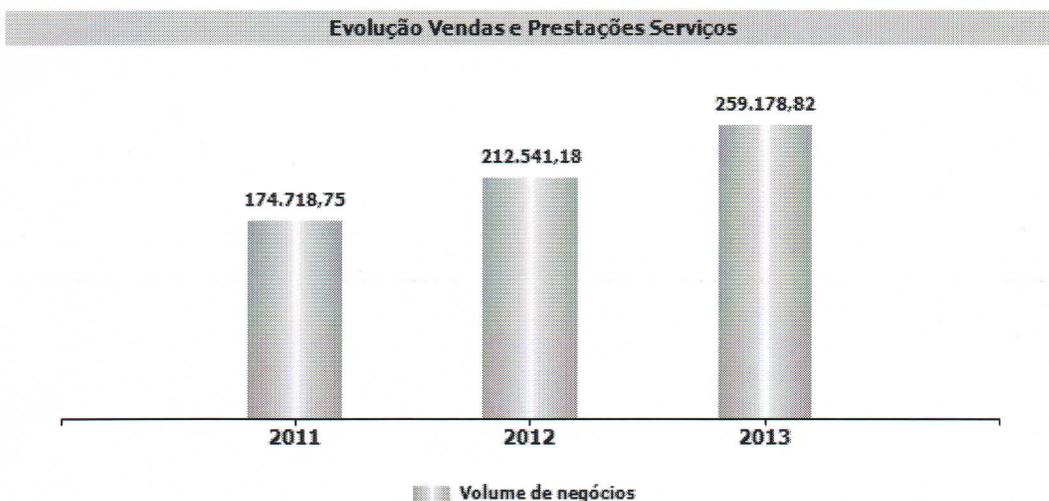
Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2013 fixou-se aproximadamente nos 4,7% do PIB, não levando em consideração o capital que o Estado injetou no Banif. Contando com esse apoio, o valor deve ter ficado próximo dos 5,1%. O teto acordado com a Troika, após ter sido revisto em 2013, era de 5,5% do PIB.

De acordo com informações provisórias da Direção Geral do Orçamento, a receita fiscal subiu cerca de 13,1%, face a 2012. A receita de IRS cresceu 35,5% (em virtude do aumento generalizado das taxas e da reintrodução da sobretaxa). Na mesma linha o IRC cresceu 18,8%. A despesa do Estado subiu aproximadamente 4%, mesmo perante uma significativa redução da massa salarial na função pública.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

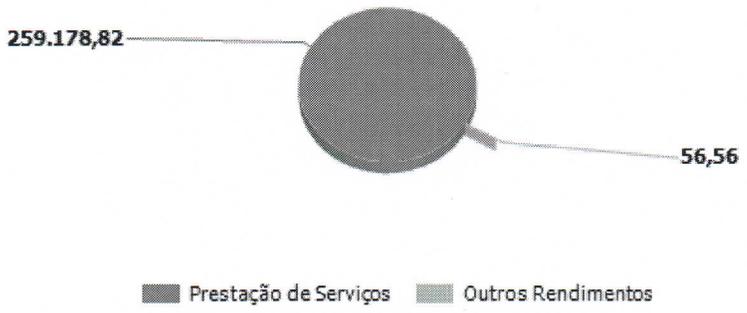
No período de 2013 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 259.178,82 €, representando uma variação de 21,94% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



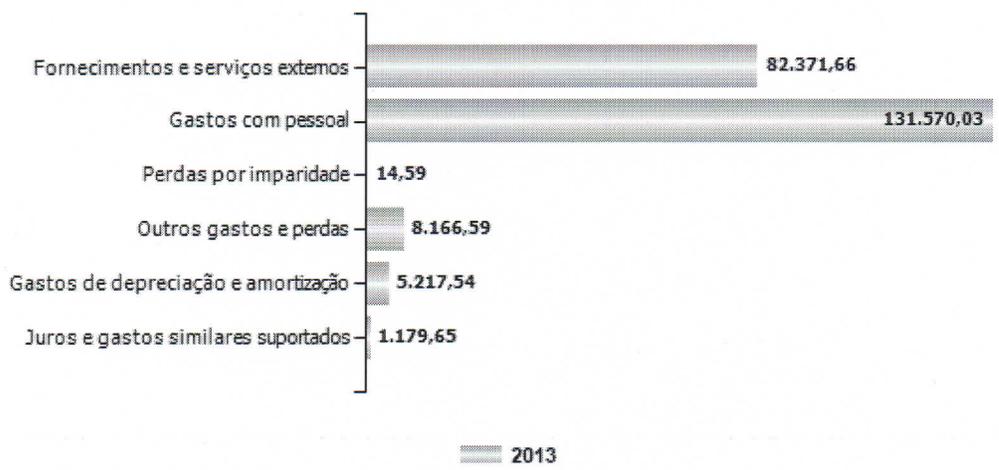
h

Estrutura de Rendimentos



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

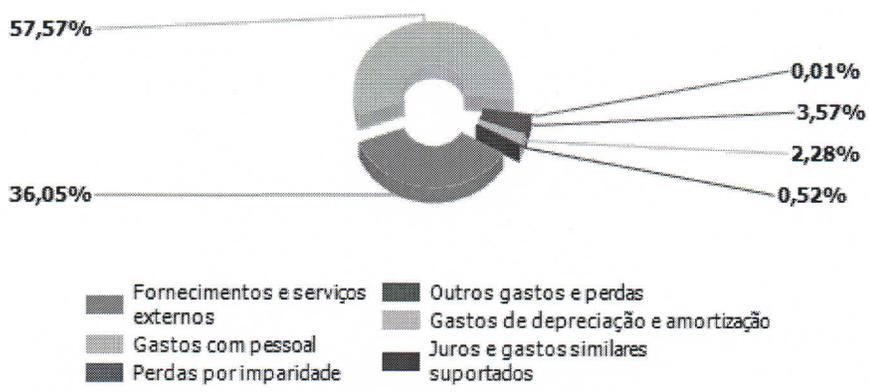
Estrutura de Gastos



C

09

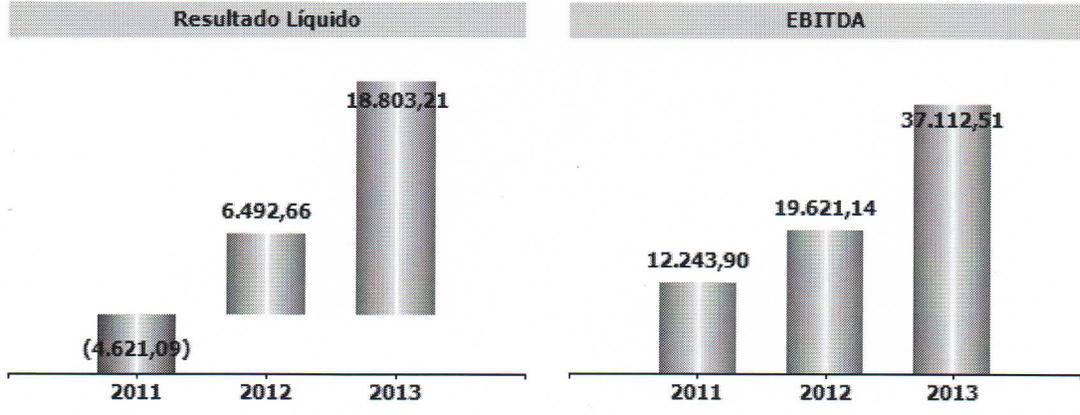
Estrutura de Gastos Percentual



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

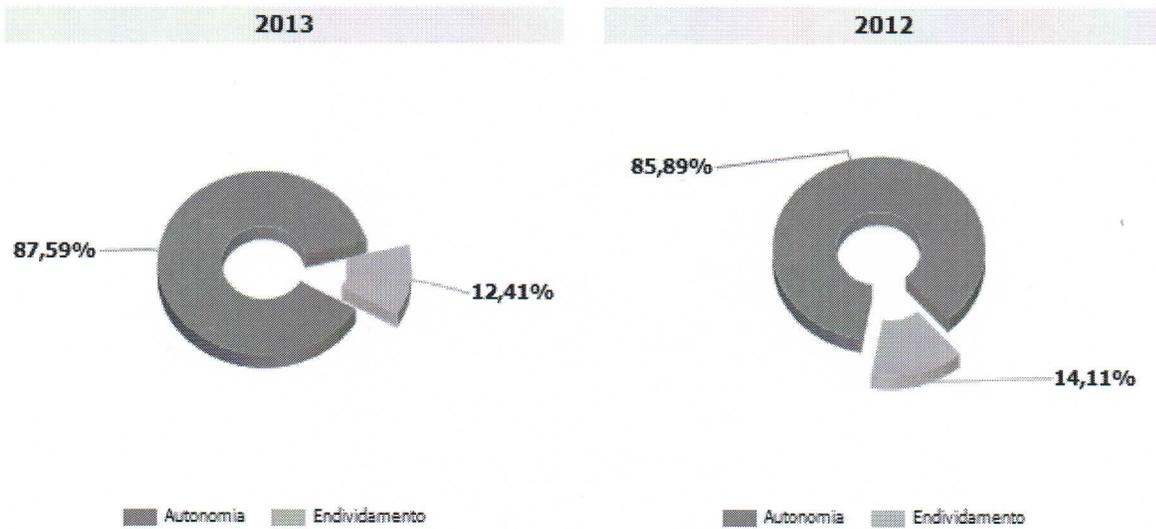
RUBRICAS	PERIODOS		
	2013	2012	2011
Gastos com Pessoal	131.570,03	119.866,76	86.642,72
Nº Médio de Pessoas	5,00	5,00	4,00
Gasto Médio por Pessoa	26.314,01	23.973,35	21.660,68

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



17

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente	287.421,80	79 %	294.639,34	83 %
Ativo corrente	75.978,08	21 %	58.727,78	17 %
Total ativo	363.399,88		353.367,12	

RUBRICAS	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Capital Próprio	318.292,85	88 %	303.489,64	86 %
Passivo não corrente	12.239,44	3 %	12.239,44	3 %
Passivo corrente	32.867,59	9 %	37.638,04	11 %
Total Capital Próprio e Passivo	363.399,88		353.367,12	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda. no período económico findo em terça-feira, 31 de Dezembro de 2013 realizou um resultado líquido de 18.803,21€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS SÓCIOS	14.000,00€
RESERVAS LIVRES	4.803,21€

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2014 se inicie uma ligeira recuperação da economia. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

A projeção da atividade económica para o período 2014-2015 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do rendimento. A contração da atividade económica é suavizada pela evolução relativamente favorável das exportações. O consumo privado deverá crescer 0,6% no último trimestre de 2013 (-0,9% no 3º trimestre), sendo fundamentalmente este o fator que alavancou o crescimento da procura interna. De referir ainda que o consumo público registou um crescimento de 0,1% em volume no 4.º trimestre de 2013 (-1,3% no 3.º trimestre), sendo notória uma tendência de decréscimo do investimento público. De acordo com o Banco Central Europeu (BCE) espera-se que o crescimento real do PIB se aproxime dos 1,2% em 2014, 1,5% em 2015 e 1,8% em 2016. O Banco de Portugal no seu Boletim de Inverno (de 2013) corrobora a projeção de que a partir do final de 2013, e ao longo do horizonte de projeção restante (2014 e 2015), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. No restante horizonte de projeção existem riscos de uma menor recuperação da atividade, resultantes da possibilidade de uma evolução mais desfavorável do enquadramento externo, com reflexo nas exportações, bem como de uma menor recuperação da procura interna. Em particular, o consumo privado poderá registar em 2014 uma recuperação mais moderada, tendo em conta que a atual projeção aponta para uma diminuição da taxa de poupança, em contraste com o observado em 2012. Para 2015, persiste igualmente um risco descendente para a procura interna, uma vez que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental para além das incluídas no Orçamento de Estado para 2014. Não obstante a possibilidade de uma evolução menos favorável da procura, os riscos para a inflação em 2014 e 2015 consideram-se globalmente equilibrados.

A alteração profunda da composição da despesa, nomeadamente a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. O Banco de Portugal prevê que esta tendência se venha a manter, levando a um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projeta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respetivamente, após décadas de défices crónicos. As exportações líquidas tenderão a reduzir-se no horizonte previsional do Banco de Portugal.

Assim sendo, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Apesar de se antecipar uma desaceleração em 2013, num quadro de virtual estagnação da procura externa, deverá ser seguida de uma aceleração em 2014.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma ténue estabilização deste indicador, contudo é difícil indagar um número minimamente convergente visto que os indicadores de diferentes instituições apresentam valores por vezes bastante díspares (no Orçamento do Estado para 2014 o Governo antevia uma taxa de desemprego de 17,7% para 2014, enquanto que a Comissão Europeia e a OCDE apontam os valores de 16,8% e 16,1%, respetivamente).

No que concerne à inflação, Portugal deverá manter o crescimento dos preços dos bens e serviços próximo de 1 ponto percentual em 2014.

Depois de uma expressiva contração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que em 2012 se situou na ordem dos 14,4%, ficando 3,4% acima da contração verificada em 2011, os atuais dados confirmam a redução mais suave em 2013, na ordem dos 8,4%, sendo prevista uma recuperação de 1,0% em 2014. Este padrão de evolução é transversal a todos os setores institucionais, sendo as perspetivas ainda muito incertas quanto ao futuro próximo. Em 2014 antecipa-se um aumento do investimento, num contexto de recuperação da procura externa e gradual aumento da procura interna.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2013, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013, só deverá ser revertido em 2014. Portugal terá de promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados. A reforma do IRC é também apontada como um fator potenciador da atratividade económica do país ao investimento nacional e internacional, bem como à manutenção da viabilidade económica e financeira de muitas empresas do nosso tecido empresarial.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal, mantendo um consenso institucional e de coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém devido à proximidade do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda à saída portuguesa do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que condições as praças financeiras estarão dispostas a apoiar Portugal no período imediatamente posterior à saída da Troika.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da empresa seja positivo devido à dinâmica de negócios já implementada em 2013, com um crescimento sustentado de 5% em 2014.

13

6 - Outras Informações

A Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2013.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor pública estatal e segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Mem Martins, 31 de Março de 2014

A Gerência



SEGURSINTRA – MEDIADORES DE
SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2 0 1 3

. Acta de aprovação de Contas

SEGURSINTRA - MEDIADORES DE
SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2 0 1 3

. Balanço (ME)

. Demonstração dos Resultados por Naturezas (ME)

Balço - (modelo para ME) em 31-
12-2013
(montantes em euros)

Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	33.421,80	38.639,34
Acionistas/sócios	13	254.000,00	256.000,00
		287.421,80	294.639,34
Ativo corrente			
Clientes	13	31.467,71	31.982,30
Diferimentos		546,40	280,32
Outros ativos correntes	13		9.826,95
Caixa e depósitos bancários		43.963,97	16.638,21
		75.978,08	58.727,78
Total ativo		363.399,88	353.367,12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	14		
Capital realizado	14	50.000,00	50.000,00
Reservas	14	21.952,53	15.459,87
Resultados transitados	14	227.537,11	231.537,11
Resultado líquido do período	12;14	18.803,21	6.492,66
Total do capital próprio		318.292,85	303.489,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	12.239,44	12.239,44
		12.239,44	12.239,44
Passivo corrente			
Fornecedores	13	861,32	1.415,70
Estado e outros entes públicos	12;13	13.766,15	13.549,47
Outras contas a pagar	7;13	18.240,12	22.672,87
		32.867,59	37.638,04
Total do passivo		45.107,03	49.877,48
Total do capital próprio e do passivo		363.399,88	353.367,12

Administração / Gerência



Técnico Oficial de Contas Nº 19819



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ME) do período de 2013
(montantes em euros)**

**Segursintra-Mediadores de
Seguros, Lda.**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	9	259.178,82	212.541,18
Fornecimentos e serviços externos	15	(82.371,66)	(66.325,39)
Gastos com o pessoal	15;19	(131.570,03)	(119.866,76)
Imparidades (perdas/reversões)	13	(14,59)	
Outros rendimentos e ganhos	9	56,56	44,71
Outros gastos e perdas	15	(8.166,59)	(6.772,60)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		37.112,51	19.621,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(5.217,54)	(5.217,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.894,97	14.403,60
Gasto líquido de financiamento		(1.179,65)	(937,01)
Resultado antes de impostos		30.715,32	13.466,59
Imposto sobre o rendimento do período	12	(11.912,11)	(6.973,93)
Resultado líquido do período		18.803,21	6.492,66

A Gerência



Técnico Oficial de Contas Nº 19819



SEGURSINTRA – MEDIADORES DE
SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2 0 1 3

. Anexo às Demonstrações Financeiras (ME)

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda.
Sede social: Rua do Carrascal, nº 2 R/C B Mem Martins
Endereço electrónico: segursintra@segursintra.pt
Página da internet: www.segursintra.pt
Natureza da actividade: Actividades de mediadores de seguros
NºContribuinte: 502183357
CAE:66220
Nº médio de pessoas ao serviço: 5

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para micro entidades (NCRF-ME).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro deve ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF-ME 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros

incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.2. Outras divulgações

- Tal como mencionado na nota 2, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012;
- Não foram efectuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2013 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012;

5 - Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			2.187,55	58.200,00	87.408,82		33.087,75			180.884,12
Depreciações acumuladas			2.187,55	45.300,00	87.408,83		7.348,40			142.244,78
Saldo no início do período				12.900,00	(0,01)		25.739,35			38.639,34
Variações do período				(4.300,00)			(917,54)			(5.217,54)
Total de aumentos										
Total diminuições				4.300,00			917,54			5.217,54
Depreciações do período				4.300,00			917,54			5.217,54
Saldo no fim do período				8.600,00	(0,01)		24.821,81			33.421,80
Valor bruto no fim do período			2.187,55	58.200,00	87.408,82		33.087,75			180.884,12
Depreciações acumuladas no fim do período			2.187,55	49.600,00	87.408,83		8.265,94			147.462,32

5.4. Outras divulgações

Bases de mensuração utilizadas:

- Equipamento de transporte: Método da linha recta
- Outros activos fixos tangíveis: Método da linha recta

Métodos de depreciação utilizados:

- Equipamento de transporte: Método das quotas constantes
- Outros activos fixos tangíveis: Método das quotas constantes

NW

Taxas de depreciação ou vidas úteis consideradas:

- Equipamento de transporte: 4 anos
- Outros activos fixos tangíveis: 8/50 anos

7 - Locações

7.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Bens utilizados em regime de locação financeira :
 - Entidade: BBVA Financiamento contrato 30038563
 Bem: Veic.Lig.Passageiros 00-MZ-36
 Valor de Contrato: 17.200,00€
 Depreciações Acumuladas: 8.600,00€
 Valor Líquido: 8.600,00€

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		17.200,00		17.200,00	
Depreciações/Amortizações acumuladas		8.600,00		8.600,00	
Saldo no fim do período		8.600,00		8.600,00	
Total dos futuros pagamentos mínimos					
Até um ano		4.115,98			
De um a cinco anos		9603,95			
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. Mínimos		12.239,44		12.239,44	
Até um ano		3.237,62		3.237,62	
De um a cinco anos		9.001,82		9.001,82	
Mais de cinco anos					

9 - Rébito

9.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rébito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

O rébito foi mensurado pela quantia líquida a receber.

ly.

9.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	259.178,82	212.541,18
Juros	56,55	44,71
Outros réditos	56,56	
Total	259.291,93	212.585,89

12 - Impostos sobre o rendimento

12.1. **Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	30.715,32	13.466,59
Imposto corrente	11.912,11	6.973,93
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	11.912,11	6.973,93
Tributações autónomas	2.992,67	2.857,87
Taxa efetiva de imposto	38,78	51,78

13 - Instrumentos financeiros

13.1. **Perdas por imparidade em activos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:**

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	14,59		14,59			
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em activos financeiros						
Total	14,59		14,59			

13.2. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	36.858,74	36.844,15
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	36.858,74	36.844,15
Total	36.858,74	36.844,15

13.3. Categorias (naturezas) de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			322.326,45	36.858,74	
Clientes			68.326,45	36.858,74	
Acionistas/sócios			254.000,00		
Passivos financeiros:			19.101,44		
Fornecedores			861,32		
Financiamentos obtidos			12.239,44		
Outras contas a pagar			18.240,12		
Ganhos e perdas líquidos:			(14,59)		
De ativos financeiros			(14,59)		
Rendimentos e gastos de juros:			(1.123,10)		
De ativos financeiros			56,55		
De passivos financeiros			(1.179,65)		

14 - Capital Próprio**14.1. Movimentos associados ao capital próprio**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	15.459,87		6.492,66	21.952,53
Reservas legais	15.459,87			15.459,87
Outras reservas			6.492,66	6.492,66
Resultados transitados	231.537,11	4.000,00		227.537,11
Total	296.996,98	4.000,00	6.492,66	299.489,64

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**15.1. Informação por actividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	259.178,82	259.178,82
Fornecimentos e serviços externos	82.371,66	82.371,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	5,00	5,00
Gastos com o pessoal	131.570,03	131.570,03
Remunerações	105.975,03	105.975,03
Outros gastos	25.595,00	25.595,00
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	33.421,80	33.421,80
Propriedades de investimento		

15.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	259.178,82			259.178,82
Fornecimentos e serviços externos	82.371,66			82.371,66
Rendimentos suplementares:				

15.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

16 - Outras informações**16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

As notas omissas no presente anexo às Demonstrações Financeiras não são aplicáveis.

18 - Apenas para IES - Custos de empréstimos obtidos**18.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos**

Os custos dos financiamentos obtidos foram considerados directamente como gastos no exercício em que ocorreram.

18.2. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respectiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		3.237,62	9.001,82	1.179,65	1.179,65				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		3.237,62	9.001,82	1.179,65	1.179,65				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		3.237,62	9.001,82	1.179,65	1.179,65				

19 - Apenas para IES - Benefícios dos empregados**19.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas**

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	5,00	8.976,00	5,00	7.280,00
Pessoas remuneradas	5,00	8.976,00	5,00	7.280,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	5,00	8.976,00	5,00	7.280,00
Pessoas a tempo completo	5,00	8.976,00	5,00	7.280,00
(das quais pessoas remuneradas)	5,00	8.976,00	5,00	7.280,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	5,00	8.976,00	5,00	7.280,00
Masculino	2,00	3.216,00	2,00	2.960,00
Feminino	3,00	5.760,00	3,00	4.320,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

19.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	131.570,03	119.866,76
Remunerações dos órgãos sociais	85.035,09	85.077,23
Remunerações do pessoal	20.939,94	13.937,05
Encargos sobre as remunerações	24.947,93	20.062,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	647,07	409,50
Outros gastos com o pessoal		380,00

**20 - Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros
(para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dezembro)**

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

O agente de seguros reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita excepções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento aquando da prestação de contas do mediador às empresas de seguros e aquando da prestação de contas das empresas de seguros ao mediador.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Numerário	212.541	259.179
Espécie	0	0
Total	212.541	259.179

Por tipo	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Comissões	212.541	259.179
Honorários	0	0
Outras remunerações	0	0
Total	212.541	259.179

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo "Vida", Fundo de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Por entidade (origem)	Remunerações (€)					
	Ramo Vida		Ramos não Vida		Fundos de Pensões	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Empresas de seguros	12.890	12.429	199.651	246.750	0	0
Outros mediadores	0	0	0	0	0	0
Clientes (outros)	0	0	0	0	0	0
Total	12.890	12.429	199.651	246.750	0	0

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	Ano n-1	Ano n
Empresas de seguros	100	100
Outros mediadores	0	0
Clientes (outros)	0	0
Total	100	100

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	Ano n-1	Ano n
Início do exercício	59.826	68.826
Final do exercício	68.826	68.326
Volume movimentado no exercício		
A débito	9.000	
A crédito		500

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Tomadores de seguros, segurados ou beneficiários				
Empresas de seguros	14.897	21.144		
Empresas de resseguros				
Outros mediadores				
Clientes (outros)				
Total	14.897	21.144	0	0

ANEXO DO ANO DE 20123

Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda.

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguros				
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguros	13.026	18.548		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas no caso de actividade de mediação de resseguros)				
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	1.871	2.596		
Outras quantias				
Total	14.897	21.144	0	0

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício)

Contas a receber	Mais de 24 meses	
	Ano n-1	Ano n
Sem imparidade	31.982	31.467
Com imparidade	36.844	36.859
Total	68.826	68.326

Factores considerados na imparidade: dificuldade de cobrança

i) Transmissões de carteiras de seguros

	Carteiras de seguros (€)			
	Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Carteiras de seguros	0	0	0	0

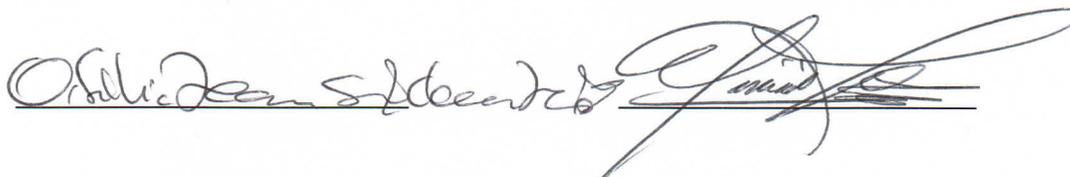
21 - Acontecimentos após a data do Balanço

A Gerência não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2013 que possam ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2013.

Mem Martins, 31 de Março de 2014

A Gerência

O Técnico Oficial de Contas Nº 19819



The image shows two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is written over a horizontal line and appears to be 'Orlando de Almeida'. The signature on the right is also written over a horizontal line and is more stylized, possibly representing the Técnico Oficial de Contas.